

## **ANEXO 22 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR**

**Cláusula 1.** Este ANEXO estabelece o cronograma de desembolso financeiro e divisão das parcelas da OBRIGAÇÃO DE PAGAR fixada neste ACORDO.

**Parágrafo único.** Os valores e datas de pagamento relacionados às OBRIGAÇÕES DE TRANSFERÊNCIA não são tratados neste ANEXO e não compõem os montantes previstos no APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL ou no APÊNDICE 22.2 – VALOR POR ANEXO.

**Cláusula 2.** A OBRIGAÇÃO DE PAGAR será dividida em 20 (vinte) parcelas, obedecendo os seguintes prazos:

- I. O PAGAMENTO da primeira parcela será realizado em 30 (trinta) dias após a HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL deste ACORDO.
- II. O PAGAMENTO da segunda parcela será realizado em 180 (cento e oitenta) dias após a data prevista para a realização do PAGAMENTO da primeira parcela.
- III. O PAGAMENTO da terceira parcela ocorrerá em 30/4/2026, devendo os demais PAGAMENTOS ocorrerem anualmente, isto é, na mesma data dos anos subsequentes.

**Parágrafo único.** Caso a data de qualquer PAGAMENTO seja feriado nacional, bancário ou final de semana, a data devida do PAGAMENTO será o dia útil imediatamente seguinte, sem que isso configure mora.

**Cláusula 3.** O valor de cada parcela da OBRIGAÇÃO DE PAGAR não poderá superar o montante total indicado no Apêndice 22.1 – CRONOGRAMA GERAL deste ANEXO para aquela parcela (“PARCELA MÁXIMA”), salvo nas seguintes hipóteses:

- I. Antecipação de parcela compulsória prevista na Cláusula 3 do ANEXO 20 – RESSARCIMENTO PREVIDENCIÁRIO; e
- II. Para a segunda parcela, no caso de adesão dos municípios elegíveis a este ACORDO após 20 (vinte) dias da sua HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL, conforme previsto na Cláusula 6 deste ANEXO.

**Parágrafo primeiro.** As PARCELAS MÁXIMAS indicadas no APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL incluem os valores relativos ao ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS e ao ANEXO 15 – INICIATIVAS MUNICIPAIS.

**Parágrafo segundo.** Os valores de cada parcela somente serão menores do que as PARCELAS MÁXIMAS indicadas no APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL caso não haja a adesão da totalidade dos municípios elegíveis listados no ANEXO 15 – INICIATIVAS MUNICIPAIS e/ou dos povos e comunidades tradicionais especificados no ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

**Parágrafo terceiro.** O valor previsto no inciso I será descontado da primeira parcela destinada ao ANEXO 20 – RESSARCIMENTO PREVIDENCIÁRIO, conforme APÊNDICE 22.2 – VALOR POR ANEXO.

**Parágrafo quarto.** Nos pagamentos previstos para o “Programa para Mulheres”, serão reservados nas respectivas parcelas de depósito judicial recursos suficientes ao pagamento direto do ente que fará a gestão e operacionalização do referido programa.

**Cláusula 4.** O disposto nos APÊNDICES 22.1 – CRONOGRAMA GERAL e 22.2 – VALOR POR ANEXO detalha o pagamento a ser realizado pela COMPROMISSÁRIA e não impede a prática da intercambialidade motivada pelos COMPROMITENTES de que trata a Cláusula 136 das CLÁUSULAS GERAIS deste ACORDO.

**Cláusula 5.** Caso algum município elegível formalize a sua adesão a este ACORDO após o 20º (vigésimo) dia da sua HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL, conforme previsto na Cláusula 2 do ANEXO 15 – INICIATIVAS MUNICIPAIS, a segunda parcela do APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL deste ANEXO poderá excepcionalmente superar o valor para ela indicado como PARCELA MÁXIMA, de forma a contemplar as duas primeiras parcelas devidas a tais municípios.

**Parágrafo único.** A parte da primeira parcela devida aos municípios elegíveis que não tiverem manifestado a sua adesão a este ACORDO no prazo de 20 (vinte) dias, referido nesta Cláusula, não será devido no ato do PAGAMENTO da primeira parcela

da OBRIGAÇÃO DE PAGAR. Caso tais municípios formalizem a sua adesão dentro do prazo previsto no ANEXO 15 – INICIATIVAS MUNICIPAIS, a parte que os competia na primeira parcela será paga juntamente com a segunda parcela da OBRIGAÇÃO DE PAGAR, conforme previsto no APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL.

**Cláusula 6.** Os valores destinados em cada parcela da OBRIGAÇÃO DE PAGAR ao ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS contemplam:

- I. O montante total para pagamento de ASE, AFE e verba complementar mensal, nos termos e valores fixados no referido ANEXO, os quais serão pagos pela COMPROMISSÁRIA e/ou FUNDAÇÃO RENOVA diretamente aos respectivos beneficiários, deduzido pela COMPROMISSÁRIA e/ou FUNDAÇÃO RENOVA conforme descrito no APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL;
- II. Custos relacionados aos estudos simplificados para as comunidades quilombolas de Vila Santa Efigênia, Sapê do Norte e Povoação, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), conforme definido no ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, os quais serão arcados pela COMPROMISSÁRIA e/ou FUNDAÇÃO RENOVA e deduzidos pela COMPROMISSÁRIA e/ou FUNDAÇÃO RENOVA da segunda parcela do APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL;
- III. Custos relacionados aos estudos e consulta, bem como para as medidas para fortalecimento de ações institucionais nos territórios, todos os quais serão pagos pela COMPROMISSÁRIA e/ou FUNDAÇÃO RENOVA à UNIÃO FEDERAL, conforme valores e regras estabelecidas no ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, observada a proporcionalidade do repasse em cada parcela, conforme divisão prevista no Apêndice 3.1 – Divisão Financeira por Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais; e
- IV. Valores para medidas estruturantes e verba de apoio familiar, no caso de aceitação dos povos e comunidades pela autogestão com governança colaborativa com o PODER PÚBLICO, os quais serão pagos à UNIÃO FEDERAL observada a

proporcionalidade do repasse atribuível a cada comunidade em cada parcela, conforme divisão prevista no Apêndice 3.1 – Divisão Financeira por Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais.

**Parágrafo primeiro.** Os valores dos itens I e IV referidos nesta Cláusula são intercambiáveis em cada parcela, na forma do parágrafo quarto, da Cláusula 1 do Apêndice 3.1 – Divisão Financeira por Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais, desde que o valor total para cada comunidade não seja alterado.

**Parágrafo segundo.** O valor do item IV referido nesta Cláusula dependerá do aceite dos povos e comunidades tradicionais referidos no ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS pela autogestão com governança colaborativa com o PODER PÚBLICO, no prazo estabelecido no referido ANEXO.

**Parágrafo terceiro.** As duas primeiras parcelas da OBRIGAÇÃO DE PAGAR serão utilizadas exclusivamente para os fins dos incisos I, II e III desta Cláusula.

**Parágrafo quarto.** Caso quaisquer dos povos e/ou comunidades referidos no ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS não aceite a autogestão com governança colaborativa com o PODER PÚBLICO, o valor do item IV referido nesta Cláusula será deduzido, em cada parcela da OBRIGAÇÃO DE PAGAR, de maneira proporcional ao repasse atribuível à respectiva comunidade, conforme Apêndice 3.1 – Divisão Financeira por Povos Indígenas, Comunidades Quilombolas e/ou Povos e Comunidades Tradicionais.

**Parágrafo quinto.** Em qualquer hipótese deverão ser respeitadas as PARCELAS MÁXIMAS estabelecidas no APÊNDICE 22.1 – CRONOGRAMA GERAL.

**Parágrafo sexto.** A GOVERNANÇA, respeitado o valor da PARCELA MÁXIMA, calculará os valores devidos a cada comunidade e à UNIÃO FEDERAL e informará à COMPROMISSÁRIA e/ou FUNDAÇÃO RENOVA para fins de pagamento. Esse cálculo será realizado observando a necessidade de disponibilidade de recursos na primeira e segunda parcelas da OBRIGAÇÃO DE PAGAR para custeio de ASE, AFE

e verba mensal complementar, conforme estabelecido no ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

**Parágrafo sétimo.** Dos valores da segunda e/ou terceira parcelas da OBRIGAÇÃO DE PAGAR do ANEXO 3 – POVOS INDÍGENAS, COMUNIDADES QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, a serem pagas à UNIÃO FEDERAL, serão descontados os recursos necessários ao pagamento de ASE e AFE dos atuais beneficiários na data da assinatura do ACORDO e daqueles que vierem a integrar as listas acordadas conjuntamente na forma do referido anexo.

**Cláusula 7.** Com antecedência mínima de 10 (dez) dias de cada data de PAGAMENTO, a COMPROMISSÁRIA informará aos COMPROMITENTES e Municípios aderentes o valor a ser pago e o respectivo beneficiário, considerando as adesões e desenvolvimento das medidas objeto do ANEXO 3 – POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

**Cláusula 8.** Os valores indicados na APÊNDICE 22.2 – VALOR POR ANEXO especificam o montante que cada ANEXO terá de recursos em cada parcela da OBRIGAÇÃO DE PAGAR.

**Parágrafo único.** A UNIÃO FEDERAL e os estados de MINAS GERAIS e do ESPÍRITO SANTO disponibilizarão no Portal Único deste ACORDO, anualmente ao final de cada exercício, os saldos recebidos de cada ANEXO e atualizarão o APÊNDICE 22.2 – VALOR POR ANEXO.

## APÊNDICE 22.1 - CRONOGRAMA GERAL

| Gestor do Recurso                                      | Valor Total               | 1ª Parcela              | 2ª Parcela              | 3ª Parcela              | 4ª Parcela              | 5ª Parcela              | 6ª Parcela              | 7ª Parcela              | 8ª Parcela              | 9ª Parcela              | 10ª Parcela             |
|--|---------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <sup>2</sup> Governo de Minas Gerais                   | 25.532.470.000,00         | 1.538.317.732,48        | 1.059.021.643,69        | 1.247.348.255,25        | 966.848.873,99          | 970.011.373,99          | 1.398.320.073,43        | 1.582.833.643,76        | 1.443.655.654,98        | 1.379.124.117,60        | 1.269.144.186,76        |
| <sup>3</sup> Governo do Espírito Santo                 | 14.873.000.000,00         | 1.177.457.115,34        | 523.552.080,91          | 608.073.287,25          | 409.805.964,98          | 411.792.076,09          | 645.724.802,40          | 706.416.425,39          | 960.481.671,83          | 849.902.736,01          | 780.252.812,40          |
| <sup>5</sup> Municípios                                | 6.100.000.000,00          | 138.636.363,64          | 166.363.636,36          | 305.000.000,00          | 183.000.000,00          | 183.000.000,00          | 183.000.000,00          | 305.000.000,00          | 305.000.000,00          | 389.304.112,55          | 337.810.606,06          |
| <sup>1</sup> União                                     | 41.275.530.000,00         | 1.517.097.879,45        | 3.469.219.548,13        | 3.743.228.457,50        | 2.437.335.161,04        | 2.399.936.549,92        | 1.935.445.124,17        | 1.907.399.930,84        | 2.395.012.673,19        | 1.857.886.596,61        | 1.715.192.425,08        |
| <sup>4</sup> União / Povos e Comunidades Tradicionais  | 7.802.000.000,00          | 375.250.000,00          | 350.500.000,00          | 750.500.000,00          | 750.500.000,00          | 775.250.000,00          | 800.000.000,00          | 800.000.000,00          | 800.000.000,00          | 800.000.000,00          | 800.000.000,00          |
| <sup>8</sup> Ministérios Públicos e Defensorias        | 1.260.000.000,00          | 15.909.090,91           | 17.090.909,09           | 213.000.000,00          | 170.800.000,00          | 210.300.000,00          | 87.800.000,00           | 167.500.000,00          | 68.000.000,00           | 71.593.290,04           | 34.398.484,85           |
| <sup>6</sup> MPMG, MPF, DPMG e Governo de Minas Gerais | 1.657.000.000,00          | 237.331.818,18          | 414.252.181,82          | 132.850.000,00          | 81.710.000,00           | 49.710.000,00           | 30.850.000,00           | 27.850.000,00           | 42.189.147,19           | 63.201.484,85           |                         |
| <sup>7</sup> Samarco e/ou Fundação Renova              | 1.500.000.000,00          |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| <b>Grand Total</b>                                     | <b>100.000.000.000,00</b> | <b>5.000.000.000,00</b> | <b>6.000.000.000,00</b> | <b>7.000.000.000,00</b> | <b>5.000.000.000,00</b> | <b>5.000.000.000,00</b> | <b>5.100.000.000,00</b> | <b>5.500.000.000,00</b> | <b>6.000.000.000,00</b> | <b>5.390.000.000,00</b> | <b>5.000.000.000,00</b> |

  

| Gestor do Recurso                                      | Valor Total               | 11ª Parcela             | 12ª Parcela             | 13ª Parcela             | 14ª Parcela             | 15ª Parcela             | 16ª Parcela             | 17ª Parcela             | 18ª Parcela             | 19ª Parcela             | 20ª Parcela             |
|--|---------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| <sup>2</sup> Governo de Minas Gerais                   | 25.532.470.000,00         | 1.242.247.335,03        | 1.305.021.226,29        | 1.310.021.226,29        | 1.305.021.226,29        | 1.305.021.226,29        | 1.305.021.226,29        | 1.307.109.091,36        | 1.202.836.066,74        | 1.202.836.066,74        | 1.192.709.752,78        |
| <sup>3</sup> Governo do Espírito Santo                 | 14.873.000.000,00         | 763.286.659,28          | 803.081.928,46          | 808.081.928,46          | 803.081.928,47          | 803.081.928,46          | 803.081.928,46          | 804.393.148,08          | 739.290.208,97          | 739.290.208,97          | 732.871.159,74          |
| <sup>5</sup> Municípios                                | 6.100.000.000,00          | 331.208.874,46          | 364.217.532,47          | 364.217.532,47          | 364.217.532,47          | 364.217.532,47          | 364.217.532,47          | 364.217.532,47          | 364.217.532,47          | 364.217.532,47          | 358.936.147,17          |
| <sup>1</sup> União                                     | 41.275.530.000,00         | 1.767.731.836,85        | 1.871.780.641,77        | 1.871.780.641,78        | 1.871.780.641,78        | 1.871.780.641,79        | 1.871.780.641,79        | 1.904.692.254,07        | 1.628.132.165,85        | 1.628.132.165,85        | 1.610.184.022,54        |
| <sup>4</sup> União / Povos e Comunidades Tradicionais  | 7.802.000.000,00          | 800.000.000,00          | -                       | -                       | -                       | -                       | -                       | -                       | -                       | -                       | -                       |
| <sup>8</sup> Ministérios Públicos e Defensorias        | 1.260.000.000,00          | 34.117.099,57           | 35.524.025,97           | 25.524.025,98           | 15.524.025,97           | 15.524.025,97           | 15.524.025,97           | 15.524.025,97           | 15.524.025,97           | 15.524.025,97           | 15.298.917,77           |
| <sup>6</sup> MPMG, MPF, DPMG e Governo de Minas Gerais | 1.657.000.000,00          | 61.408.194,81           | 70.374.645,02           | 70.374.645,02           | 90.374.645,02           | 90.374.645,02           | 90.374.645,02           | 54.063.948,05           | -                       | -                       | -                       |
| <sup>7</sup> Samarco e/ou Fundação Renova              | 1.500.000.000,00          |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |                         |
| <b>Total Geral</b>                                     | <b>100.000.000.000,00</b> | <b>5.000.000.000,00</b> | <b>4.450.000.000,00</b> | <b>4.450.000.000,00</b> | <b>4.450.000.000,00</b> | <b>4.450.000.000,00</b> | <b>4.450.000.000,00</b> | <b>4.450.000.000,00</b> | <b>3.950.000.000,00</b> | <b>3.950.000.000,00</b> | <b>3.910.000.000,00</b> |

<sup>1</sup> Este montante é composto pelos valores destinados à gestão pela União dos seguintes ANEXOS: PTR, PRE, Ações Ambientais da União, Saúde, Infraestrutura de Mobilidade, Participação Social e ATI, Prevenção e Mitigação de Riscos na Mineração, Ressarcimento Previdenciário, Pesca e Assistência Social. (i) Do recurso destinado à saúde, R\$ 1,8 bilhões serão repassados aos municípios contidos no ANEXO 15 - INICIATIVAS MUNICIPAIS e R\$ 8,4 bilhões constituirão fundo patrimonial de natureza perpétua, sendo que no mínimo 50% dos rendimentos advindos deste fundo serão repassados periodicamente aos referidos municípios, conforme estabelecido no ANEXO 8 - SAÚDE; (ii) está sendo considerado o valor relativo ao trecho capixaba da BR 262, conforme descrito no ANEXO 13 - COOPERAÇÃO INTERFEDERATIVA DE INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE; e (iii) do recurso previsto no ANEXO 7 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, R\$ 512 milhões serão repassados aos municípios contidos no ANEXO 15 - INICIATIVAS MUNICIPAIS; (iv) não estão sendo considerados os valores relativos ao ANEXO 3 - POVOS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

<sup>2</sup> Este montante é composto pelos valores destinados à gestão pelo estado de Minas Gerais dos seguintes ANEXOS: Saúde, Infraestrutura de Mobilidade, Iniciativas Estaduais, Resposta a Enchentes, Saneamento Básico, Pesca e Assistência Social. (i) A gestão financeira do recurso destinado ao saneamento será de responsabilidade dos estados e a modelagem técnica de aplicação do recurso será definida de forma compartilhada entre União e estados.

<sup>3</sup> Este montante é composto pelos valores destinados à gestão pelo estado do Espírito Santo dos seguintes ANEXOS: Saúde, Iniciativas Estaduais, Resposta a Enchentes, Saneamento Básico, Pesca, Assistência Social e Transparéncia. (i) A gestão financeira do recurso destinado ao saneamento será de responsabilidade dos estados e a modelagem técnica de aplicação do recurso será definida de forma compartilhada entre União e estados.

<sup>4</sup> Este valor considera: (i) os montantes a serem pagos à União Federal referentes a custos de estudos, consultas e fortalecimento de ações institucionais nos territórios de MG e ES; (ii) ASE, AFE e verba mensal complementar a serem pagos diretamente aos beneficiários; (iii) montantes disponíveis aos povos e comunidades tradicionais em caso de aceite pela autogestão.

<sup>5</sup> Este valor se refere unicamente ao ANEXO 15 - INICIATIVAS MUNICIPAIS (vide Nota 1 acima).

<sup>6</sup> No valor atribuído à rubrica está sendo considerado unicamente o valor relativo à OBRIGAÇÃO DE PAGAR existente no ANEXO 1 – MARIANA E REASSENTAMENTOS.

<sup>7</sup> Considera-se R\$ 1,5 bilhão para complementação do valor do PID, que será executado pela Samarco. Este valor não compõe o fluxo de pagamento da obrigação de pagar e, somado aos R\$98,5 bilhões, perfaz o valor total de R\$ 100 bilhões desta planilha.

<sup>8</sup> Este montante é composto pelos valores destinados aos Projetos Socioambientais da Sociedade, estruturas de apoio e Programas para as Mulheres, gerido pelas Instituições de Justiça.

**APÊNDICE 22.2 - VALOR POR ANEXO**

| Anexo   | Soma de Valor/ Parcela   | Soma de Parcela 1        | Soma de Parcela 2        | Soma de Parcela 3         | Soma de Parcela 4         | Soma de Parcela 5         | Soma de Parcela 6         | Soma de Parcela 7       | Soma de Parcela 8       | Soma de Parcela 9       | Soma de Parcela 10    |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| <b>PESCA</b>  | <b>2.439.470.000,00</b>  | <b>15.509.090,91</b>     | <b>19.090.909,9</b>      | <b>125.000.000,00</b>     | <b>95.000.000,00</b>      | <b>95.000.000,00</b>      | <b>125.000.000,00</b>     | <b>125.000.000,00</b>   | <b>125.000.000,00</b>   | <b>159.550.855,80</b>   | <b>138.446.969,70</b> |
| Governo de Minas Gerais                             | 489.470.000,00           | 3.192.096,12             | 3.830.515,35             | 25.080.755,25             | 19.061.373,99             | 19.061.373,99             | 25.080.755,25             | 25.080.755,25           | 32.013.249,72           | 27.778.836,49           |                       |
| Governo do Espírito Santo                           | 450.000.000,00           | 2.934.691,00             | 3.521.629,33             | 23.058.287,25             | 17.524.298,31             | 17.524.298,31             | 23.058.287,25             | 23.058.287,25           | 29.431.757,56           | 25.538.799,97           |                       |
| União   | 1.500.000.000,00         | 9.782.303,68             | 11.738.764,42            | 76.860.957,50             | 58.414.327,70             | 58.414.327,70             | 76.860.957,50             | 76.860.957,50           | 98.105.858,53           | 85.129.333,24           |                       |
| <b>SAÚDE</b>  | <b>12.000.000.000,00</b> | <b>423.054.545,45</b>    | <b>2.070.945.454,55</b>  | <b>1.161.000.000,00</b>   | <b>249.000.000,00</b>     | <b>304.000.000,00</b>     | <b>525.000.000,00</b>     | <b>402.533.783,78</b>   | <b>1.050.000.000,00</b> | <b>459.038.851,35</b>   | <b>459.038.851,35</b> |
| Governo de Minas Gerais                             | 414.000.000,00           | 24.325.636,36            | 119.079.363,64           | 66.757.500,00             | 14.317.500,00             | 17.480.000,00             | 30.187.500,00             | 23.145.692,57           | 60.375.000,00           | 26.394.733,95           | 14.342.073,48         |
| Governo do Espírito Santo                           | 260.000.000,00           | 15.276.969,70            | 74.784.141,41            | 41.925.000,00             | 8.991.666,67              | 10.977.777,78             | 18.958.333,33             | 14.535.942,19           | 37.916.666,67           | 16.576.402,97           | 9.007.099,29          |
| União   | 11.326.000.000,00        | 383.451.939,39           | 1.877.081.949,50         | 1.052.317.500,00          | 225.690.833,33            | 275.542.222,22            | 475.854.166,67            | 364.852.149,02          | 951.708.333,33          | 416.067.714,43          | 435.689.678,58        |
| <b>AÇÕES AMBIENTAIS DA UNIÃO</b>                    | <b>8.132.000.000,00</b>  | <b>184.818.181,81</b>    | <b>314.744.288,77</b>    | <b>406.600.000,00</b>     | <b>243.960.000,00</b>     | <b>412.960.000,00</b>     | <b>363.736.824,32</b>     | <b>678.493.382,35</b>   | <b>465.608.878,62</b>   | <b>432.416.670,83</b>   |                       |
| <b>INICIATIVAS ESTADUAIS</b>                        | <b>23.650.000.000,00</b> | <b>752.045.545,54</b>    | <b>783.258.074,87</b>    | <b>1.192.500.204,00</b>   | <b>715.500.000,00</b>     | <b>835.500.000,00</b>     | <b>211.266.891,90</b>     | <b>1.580.919.117,65</b> | <b>1.445.860.720,24</b> | <b>1.295.178.902,06</b> |                       |
| Governo de Minas Gerais                             | 14.057.000.000,00        | 534.704.545,45           | 450.047.219,25           | 703.350.000,00            | 422.010.000,00            | 482.010.000,00            | 522.733.445,95            | 897.559.558,83          | 859.633.541,94          | 766.210.814,67          |                       |
| Governo do Espírito Santo                           | 9.593.000.000,00         | 217.340.909,09           | 333.210.855,62           | 489.150.000,00            | 293.490.000,00            | 353.490.000,00            | 458.533.455,95            | 683.359.558,83          | 586.227.178,30          | 528.968.087,39          |                       |
| <b>INICIATIVAS MUNICIPAIS</b>                       | <b>6.100.000.000,00</b>  | <b>138.636.363,64</b>    | <b>166.363.636,36</b>    | <b>300.000.000,00</b>     | <b>183.000.000,00</b>     | <b>183.000.000,00</b>     | <b>305.000.000,00</b>     | <b>305.000.000,00</b>   | <b>389.304.112,55</b>   | <b>337.810.606,06</b>   |                       |
| Municípios  | 6.100.000.000,00         | 138.636.363,64           | 166.363.636,36           | 300.000.000,00            | 183.000.000,00            | 183.000.000,00            | 305.000.000,00            | 305.000.000,00          | 389.304.112,55          | 337.810.606,06          |                       |
| <b>MARIANA E REASSENTAMENTOS</b>                    | <b>1.657.000.000,00</b>  | <b>237.331.818,18</b>    | <b>414.252.181,82</b>    | <b>132.850.000,00</b>     | <b>81.710.000,00</b>      | <b>49.710.000,00</b>      | <b>49.710.000,00</b>      | <b>30.850.000,00</b>    | <b>27.850.000,00</b>    | <b>42.189.147,19</b>    | <b>63.201.484,85</b>  |
| MPMG, MPF, DPMG e Governo de Minas Gerais           | 1.657.000.000,00         | 237.331.818,18           | 414.252.181,82           | 132.850.000,00            | 81.710.000,00             | 49.710.000,00             | 49.710.000,00             | 30.850.000,00           | 27.850.000,00           | 42.189.147,19           | 63.201.484,85         |
| <b>PRE</b>  | <b>6.500.000.000,00</b>  | <b>160.522.727,29</b>    | <b>192.627.272,73</b>    | <b>353.150.000,00</b>     | <b>211.890.000,00</b>     | <b>211.890.000,00</b>     | <b>296.890.000,00</b>     | <b>353.150.000,00</b>   | <b>353.150.000,00</b>   | <b>450.763.106,07</b>   | <b>391.140.378,79</b> |
| União   | 6.500.000.000,00         | 160.522.727,29           | 192.627.272,73           | 353.150.000,00            | 211.890.000,00            | 211.890.000,00            | 296.890.000,00            | 353.150.000,00          | 353.150.000,00          | 450.763.106,07          | 391.140.378,79        |
| <b>PROGRAMA DE TRANSFERÉNCIA DE RENDA</b>           | <b>3.750.000.000,00</b>  | <b>309.090.909,91</b>    | <b>370.909.099,91</b>    | <b>1.000.000.000,00</b>   | <b>1.000.000.000,00</b>   | <b>1.000.000.000,00</b>   | <b>70.000.000,00</b>      | <b>70.000.000,00</b>    | -                       | -                       |                       |
| União   | 3.750.000.000,00         | 309.090.909,91           | 370.909.099,91           | 1.000.000.000,00          | 1.000.000.000,00          | 1.000.000.000,00          | 70.000.000,00             | 70.000.000,00           | -                       | -                       |                       |
| <b>PROGRAMA PARA AS MULHERES</b>                    | <b>1.000.000.000,00</b>  | <b>10.000.000.000,00</b> | <b>200.000.000.00</b>    | <b>163.000.000.00</b>     | <b>202.500.000.00</b>     | <b>80.000.000.00</b>      | <b>154.500.000.00</b>     | <b>55.000.000.00</b>    | <b>55.000.000.00</b>    | <b>20.000.000.00</b>    |                       |
| Ministérios Públicos e Defensorias                  | 1.000.000.000,00         | 10.000.000.000,00        | 200.000.000.00           | 163.000.000.00            | 202.500.000.00            | 80.000.000.00             | 154.500.000.00            | 55.000.000.00           | 55.000.000.00           | 20.000.000.00           |                       |
| <b>RESPONTE A ENCHENTES</b>                         | <b>2.000.000.000,00</b>  | <b>1.834.772.727,27</b>  | <b>165.227.272,73</b>    | -                         | -                         | -                         | -                         | -                       | -                       | -                       |                       |
| Governo de Minas Gerais                             | 1.000.000.000,00         | 917.386.363,64           | 82.613.636,37            | -                         | -                         | -                         | -                         | -                       | -                       | -                       |                       |
| Governo do Espírito Santo                           | 1.000.000.000,00         | 917.386.363,64           | 82.613.636,37            | -                         | -                         | -                         | -                         | -                       | -                       | -                       |                       |
| <b>RESSARCIMENTO PREVIDENCIÁRIO</b>                 | <b>493.530.000,00</b>    | -                        | -                        | -                         | -                         | -                         | -                         | -                       | -                       | -                       |                       |
| União   | 493.530.000,00           | -                        | -                        | -                         | -                         | -                         | -                         | -                       | -                       | -                       |                       |
| <b>MANEJO AMBIENTAL</b>                             | <b>11.000.000.000,00</b> | <b>70.000.000,00</b>     | <b>84.000.000.000,00</b> | <b>154.000.000.000,00</b> | <b>275.000.000.000,00</b> | <b>275.000.000.000,00</b> | <b>785.000.000.000,00</b> | <b>651.062.500,00</b>   | <b>669.687.500,00</b>   | <b>669.687.500,00</b>   | <b>669.687.500,00</b> |
| Governo de Minas Gerais                             | 7.540.000.000,00         | 47.981.818,18            | 57.578.181,82            | 105.560.000,00            | 188.500.000,00            | 188.500.000,00            | 538.081.818,18            | 446.273.750,00          | 450.040.340,91          | 450.040.340,91          | 450.040.340,91        |
| Governo do Espírito Santo                           | 3.460.000.000,00         | 22.018.181,82            | 26.421.818,18            | 48.440.000,00             | 86.500.000,00             | 86.500.000,00             | 246.918.181,82            | 204.788.750,00          | 210.647.159,09          | 210.647.159,09          | 210.647.159,09        |
| <b>INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE</b>                 | <b>4.300.000.000,00</b>  | <b>240.000.000,00</b>    | <b>690.000.000,00</b>    | <b>690.000.000,00</b>     | <b>644.000.000,00</b>     | <b>644.000.000,00</b>     | <b>748.000.000,00</b>     | -                       | -                       | -                       |                       |
| Governo de Minas Gerais                             | 2.000.000.000,00         | 10.000.000,00            | 345.000.000,00           | 345.000.000,00            | 322.000.000,00            | 322.000.000,00            | 322.000.000,00            | 334.000.000,00          | -                       | -                       |                       |
| União   | 2.000.000.000,00         | 10.000.000,00            | 345.000.000,00           | 345.000.000,00            | 322.000.000,00            | 322.000.000,00            | 322.000.000,00            | 334.000.000,00          | -                       | -                       |                       |
| <b>PARTICIPAÇÃO SOCIAL E ATI</b>                    | <b>5.698.000.000,00</b>  | <b>203.613.636,36</b>    | <b>314.136.363,64</b>    | <b>430.500.000,00</b>     | <b>328.100.000,00</b>     | <b>240.850.000,00</b>     | <b>233.600.000,00</b>     | <b>256.000.000,00</b>   | <b>256.000.000,00</b>   | <b>326.760.173,16</b>   | <b>283.539.393,94</b> |
| União   | 5.698.000.000,00         | 203.613.636,36           | 314.136.363,64           | 430.500.000,00            | 328.100.000,00            | 240.850.000,00            | 233.600.000,00            | 256.000.000,00          | 256.000.000,00          | 326.760.173,16          | 283.539.393,94        |
| <b>PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS NA MINERAÇÃO</b> | <b>1.000.000.000,00</b>  | <b>22.727.272,73</b>     | <b>27.272.727,26</b>     | <b>50.000.000,00</b>      | <b>30.300.000,00</b>      | <b>30.300.000,00</b>      | <b>50.000.000,00</b>      | <b>50.000.000,00</b>    | <b>50.000.000,00</b>    | <b>63.820.346,32</b>    | <b>55.378.787,88</b>  |
| União   | 1.000.000.000,00         | 22.727.272,73            | 27.272.727,26            | 50.000.000,00             | 30.300.000,00             | 30.300.000,00             | 50.000.000,00             | 50.000.000,00           | 50.000.000,00           | 63.820.346,32           | 55.378.787,88         |
| <b>IPTCs</b>  | <b>7.802.000.000,00</b>  | <b>375.250.000,00</b>    | <b>350.500.000,00</b>    | <b>750.500.000,00</b>     | <b>750.500.000,00</b>     | <b>750.500.000,00</b>     | <b>800.000.000,00</b>     | <b>800.000.000,00</b>   | <b>800.000.000,00</b>   | <b>800.000.000,00</b>   | <b>800.000.000,00</b> |
| União / Povos e Comunidades Tradicionais            | 7.802.000.000,00         | 375.250.000,00           | 350.500.000,00           | 750.500.000,00            | 750.500.000,00            | 750.500.000,00            | 800.000.000,00            | 800.000.000,00          | 800.000.000,00          | 800.000.000,00          | 800.000.000,00        |
| <b>ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>                           | <b>640.000.000,00</b>    | <b>14.545.545,45</b>     | <b>17.454.545,45</b>     | <b>32.000.000,00</b>      | <b>19.200.000,00</b>      | <b>19.200.000,00</b>      | <b>32.000.000,00</b>      | <b>32.000.000,00</b>    | <b>40.845.021,65</b>    | <b>35.442.424,24</b>    |                       |
| Governo de Minas Gerais                             | 32.000.000,00            | 727.272,73               | 872.727,27               | 1.600.000,00              | 960.000,00                | 960.000,00                | 1.600.000,00              | 1.600.000,00            | 2.042.251,08            | 1.772.121,21            |                       |
| Governo do Espírito Santo                           | 32.000.000,00            | 727.272,73               | 872.727,27               | 1.600.000,00              | 960.000,00                | 960.000,00                | 1.600.000,00              | 1.600.000,00            | 2.042.251,08            | 1.772.121,21            |                       |
| União   | 576.000.000,00           | 13.090.909,10            | 15.709.099,91            | 28.800.000,00             | 17.280.000,00             | 17.280.000,00             | 28.800.000,00             | 28.800.000,00           | 36.760.519,49           | 31.898.181,82           |                       |
| <b>PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS DA SOCIEDADE</b>        | <b>260.000.000,00</b>    | <b>5.909.099,91</b>      | <b>7.090.909,91</b>      | <b>13.000.000,00</b>      | <b>7.800.000,00</b>       | <b>7.800.000,00</b>       | <b>13.000.000,00</b>      | <b>13.000.000,00</b>    | <b>16.593.290,49</b>    | <b>14.396.484,85</b>    |                       |
| Ministérios Públicos e Defensorias                  | 260.000.000,00           | 5.909.099,91             | 7.090.909,91             | 13.000.000,00             | 7.800.000,00              | 7.800.000,00              | 13.000.000,00             | 13.000.000,00           | 16.593.290,49           | 14.396.484,85           |                       |
| <b>TRANSPARÉNCIA DO ACORDO</b>                      | <b>78.000.000,00</b>     | <b>4.235.129,87</b>      | <b>4.657.207,81</b>      | <b>4.657.207,79</b>       | <b>4.657.207,80</b>       | <b>4.657.207,79</b>       | <b>4.657.207,79</b>       | <b>4.657.207,79</b>     | <b>4.657.207,79</b>     | <b>4.585.675,32</b>     |                       |
| Governo do Espírito Santo                           | 78.000.000,00            | 4.235.129,87             | 4.657.207,81             | 4.657.207,79              | 4.657.207,79              | 4.657.207,79              | 4.657.207,79              | 4.657.207,79            | 4.657.207,79            | 4.585.675,32            |                       |
| <b>INDENIZAÇÕES INDIVIDUAIS</b>                     | <b>1.500.000.000,00</b>  | -                        | -                        | -                         | -                         | -                         | -                         | -                       | -                       | -                       |                       |
| Samarco e/ou Fundação Renova                        | 1.500.000.000,00         | -                        | -                        | -                         | -                         | -                         | -                         | -                       | -                       | -                       |                       |
| Total Geral   | 100.000.000.000,00       | 5.000.000.000,00         | 4.450.000.000,00         | 4.450.000.000,00          | 4.450.000.000,00          | 4.450.000.000,00          | 4.450.000.000,00          | 4.450.000.000,00        | 4.450.000.000,00        | 4.450.000.000,00        | 4.450.000.000,00      |
| <b>PESCA</b>  | <b>2.439.470.000,00</b>  | <b>135.741.341,99</b>    | <b>149.269.480,52</b>    | <b>149.269.480,52</b>     | <b>149.269.480,52</b>     | <b>149.269.480,52</b>     | <b>149.269.480,52</b>     | <b>129.052.813,85</b>   | <b>129.052.813,85</b>   | <b>126.928.311,68</b>   |                       |
| Governo de Minas Gerais                             | 27.335.963,00            | 29.950.330,45            | 29.950.330,45            | 29.950.330,45             | 29.950.330,45             | 29.950                    |                           |                         |                         |                         |                       |